

**XXVII CONGRESSO NACIONAL DO
CONPEDI PORTO ALEGRE – RS**

PESQUISA E EDUCAÇÃO JURÍDICA II

CARLOS ANDRÉ BIRNFELD

HENRIQUE RIBEIRO CARDOSO

SAMYRA HAYDÊE DAL FARRA NASPOLINI

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte deste anal poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria – CONPEDI

Presidente - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC – Santa Catarina

Vice-presidente **Centro-Oeste** - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG – Goiás

Vice-presidente **Sudeste** - Prof. Dr. César Augusto de Castro Fiuza - UFMG/PUCMG – Minas Gerais

Vice-presidente **Nordeste** - Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS – Sergipe

Vice-presidente **Norte** - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa – Pará

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos – Rio Grande do Sul

Secretário Executivo - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Napolini - Unimar/Uninove – São Paulo

Representante Discente – FEPODI

Yuri Nathan da Costa Lannes - Mackenzie – São Paulo

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UCAM – Rio de Janeiro

Prof. Dr. Aires José Rover - UFSC – Santa Catarina

Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP – São Paulo

Prof. Dr. Marcus Firmino Santiago da Silva - UDF – Distrito Federal (suplente)

Prof. Dr. Ilton Garcia da Costa - UENP – São Paulo (suplente)

Secretarias:

Relações Institucionais

Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues - IMED – Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UNIMAR – Ceará

Prof. Dr. José Barroso Filho - UPIS/ENAJUM – Distrito Federal

Relações Internacionais para o Continente Americano

Prof. Dr. Fernando Antônio de Carvalho Dantas - UFG – Goiás

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA – Bahia

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA – Maranhão

Relações Internacionais para os demais Continentes

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba – Paraná

Prof. Dr. Rubens Beçak - USP – São Paulo

Profa. Dra. Maria Aurea Baroni Cecato - Unipê/UFPB – Paraíba

Eventos:

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch UFSM – Rio Grande do Sul

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho Unifor – Ceará

Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta Fumec – Minas Gerais

Comunicação:

Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro UNOESC – Santa Catarina

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali – Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - ESDHC – Minas Gerais

Membro Nato – Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP – Pernambuco

P472

Pesquisa e educação jurídica II [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/ UNISINOS

Coordenadores: Carlos André Birnfeld; Henrique Ribeiro Cardoso; Samyra Haydêe Dal Farra Napolini. – Florianópolis: CONPEDI, 2018.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-5505-751-9

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Tecnologia, Comunicação e Inovação no Direito

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Assistência. 3. Isonomia. XXVII Encontro Nacional do CONPEDI (27 : 2018 : Porto Alegre, Brasil).

CDU: 34



XXVII CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI PORTO ALEGRE – RS

PESQUISA E EDUCAÇÃO JURÍDICA II

Apresentação

A obra em apresentação, originada do Grupo de Trabalho Pesquisa e Educação Jurídica II, no âmbito do XXVII Congresso do CONPEDI, sediado em Porto Alegre, contou com a colaboração de pesquisadores de Programas de Pós-graduação de todo o Brasil.

Os temas tratados apresentam um conjunto de problemas ainda não satisfatoriamente solucionados no âmbito da pesquisa e da educação jurídica.

Os artigos apresentados partem da dimensão ética do ensino, enfrentando questões variadas, tais como a formação docente e a utilização de novas metodologias de ensino, delineando hipóteses pertinentes ao ensino em nível de graduação e de pós-graduação.

O respeito aos direitos humanos – sociais e ambientais aí incluídos – permearam a integralidade dos textos, buscando-se enriquecê-los num ambiente de novas tecnologias. Ensino à distância, atuação prática do egresso e adequada formação para o direito consensual são brilhantemente abordados na obra.

O aporte filosófico e sociológico encontrados nos artigos enriquece a discussão, ofertando soluções possíveis que passam necessariamente pelo reforço democrático do ensino jurídico no Brasil.

Os estudos apresentados permitem ao leitor perceber o alcance e o conjunto de problemas identificados por pesquisadores em razão da necessidade de uma postura mais ativa dos educadores, abertos que devem estar ao tema central do Congresso: novas tecnologias e inovações aplicáveis ao direito e ao ensino jurídico.

Porto Alegre, 20 de novembro de 2018.

Prof. Dr. Carlos André Birnfeld – Universidade Federal do Rio Grande

Prof. Dr. Henrique Ribeiro Cardoso – Universidade Federal de Sergipe/Universidade Tiradentes

Prof.^a Dr.^a Samyra Haydêe Dal Farra Napolini – Universidade Marília e Centro
Universitário Faculdades Metropolitanas Unidas

Nota Técnica: Os artigos que não constam nestes Anais foram selecionados para publicação
na Plataforma Index Law Journals, conforme previsto no artigo 8.1 do edital do evento.
Equipe Editorial Index Law Journal - publicacao@conpedi.org.br.

TAXONOMIA DE BLOOM: PROPOSTA METODOLÓGICA DE APLICAÇÃO DA TEORIA PARA ELABORAÇÃO DE AVALIAÇÕES NA GRADUAÇÃO EM DIREITO

BLOOM'S REVISED TAXONOMY: METHODOLOGICAL PROPOSAL OF APPLYING THE THEORY TO THE ELABORATION OF ASSESSMENTS IN LAW GRADUATION

Luiza Machado Farhat Benedito ¹
Kelen Cristina Sant'Anna de Lima ²

Resumo

É visível o mal desempenho dos acadêmicos de Direito no Exame Nacional de Desempenho do Estudante (Enade). Tal fato incita a dúvida sobre a eficiência da metodologia aplicada à elaboração de itens para avaliar o conhecimento adquirido no curso de Direito. Os professores de Direito precisam aprimorar não apenas as metodologias e métodos de ensino, mas também os critérios para elaboração das provas. Com fundamento na metodologia de pesquisa dedutiva e no referencial teórico da Taxonomia Revisada de Bloom, esta pesquisa propõe caminhos viáveis para a solução deste problema.

Palavras-chave: Direito, Taxonomia revisada de bloom, Ensino-aprendizagem jurídica, Enade, Metodologia

Abstract/Resumen/Résumé

Law students show poor performance in the National Assessment of Student Achievement (Enade). This fact raises doubts about the efficiency of the methodology applied to the elaboration of questions, in order to evaluate the quality of student's learning during the course. Law professors need to improve not only teaching methodologies and methods, but also the criteria for elaborating those questions for the exams. Based on the deductive research methodology and theoretical reference of Bloom's Revised Taxonomy, this research aims at showing viable strategies to solve that problem.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Law, Bloom's revised taxonomy, Legal teaching-learning, Enade, Methodology

¹ Professora da FASEH Mestra em Direito pela Universidade FUMEC Pesquisadora no projeto de pesquisa Design Instrucional e Inovação das Metodologias de Ensino Jurídico (FAPEMIG) Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9301354857281204>

² Professora da FASEH Pós-doutora em Linguística Aplicada pela FALE/UFMG Pesquisadora em estudos linguísticos do LETRA/FALE/UFMG Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9785121294420354>

1. INTRODUÇÃO

Na educação, propor e definir os objetivos de aprendizagem significa, em termos gerais, estruturar, de modo consciente, o processo educacional e, por conseguinte, favorecer mudanças do modelo mental existente, das ações e das condutas. Tal estruturação pode ser resultante de um planejamento, diretamente relacionado à escolha do conteúdo, dos procedimentos a serem seguidos, das atividades propostas, dos recursos disponíveis, da metodologia a ser adotada e dos instrumentos de avaliação.

No que toca aos instrumentos de avaliação, considera-se, neste artigo, o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), ou seja, um dos procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC). O ENADE é um instrumento de avaliação aplicado para todos os cursos de graduação.

Atualmente, no entanto, observam-se dificuldades no desenvolvimento e na retenção de conhecimento durante o curso de graduação em Direito, uma vez que é visível o mal desempenho dos graduandos no ENADE, na maioria das instituições de ensino. Tal fato incita a dúvida sobre a eficiência da metodologia aplicada à elaboração de itens para avaliar o conhecimento adquirido no curso de Direito. Os professores de Direito precisam aprimorar não apenas as metodologias e métodos de ensino, mas também os critérios para elaboração das provas. Este é o problema enfrentado por esta pesquisa.

Com fundamento na metodologia de pesquisa dedutiva e no referencial teórico da Taxonomia Revisada de Bloom, este artigo propõe caminhos viáveis para a solução deste problema, com a efetiva demonstração daquilo que os professores podem e devem fazer para o aprimoramento dos itens das avaliações às quais os seus alunos são submetidos durante o curso de Direito.

2. DA NECESSIDADE DE APRIMORAMENTO DAS TÉCNICAS DE ELABORAÇÃO DAS AVALIAÇÕES NO CURSO DE DIREITO

Incontroverso o mal desempenho dos discentes dos cursos jurídicos nos exames nacionais, tanto no ENADE, quanto no Exame de Ordem da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil).

Tal fato incita a dúvida sobre a eficiência da metodologia aplicada à elaboração de itens para avaliar o conhecimento adquirido ao longo dos semestres, que prevalece hoje nos cursos de Direito. Orsini e Costa (2016) afirmam que as instituições de Ensino Superior (IES), ofertantes do Curso de Graduação em Direito, exercem papel efetivo no processo ensino-aprendizagem dos futuros profissionais do campo disciplinar, ou seja, por meio da aprendizagem devem ser construídos os direcionamentos que nortearão tanto a escolha quanto a prática profissional do estudante.

É necessário que o ensino jurídico proporcione a formação de futuros profissionais conscientes, capazes de aplicar os conhecimentos adquiridos, bem como cidadãos críticos. Conforme mencionam Gabrich e Benedito (2016): “As metodologias de ensino usadas nos cursos jurídicos continuam baseadas na autoridade e saber do professor e dos livros, pautada no instrucionismo”. Ainda, de acordo com esses autores, faz-se mister a aplicação de novos modelos metodológicos para o ensino, que possam trazer uma mudança para esse cenário, resultando, inclusive, na elaboração de itens de prova que possam constatar o aprendizado do aluno de modo efetivo.

O objetivo deste artigo é, portanto, propor uma aplicação da Taxonomia Revisada de Bloom (ANDERSON, 2001) para a elaboração de itens de avaliação, mais especificamente aqueles de padrão Enade, foco deste artigo, considerando-se a formação dos acadêmicos do Curso de Graduação em Direito.

É notório que planejar uma disciplina ou um curso não é tarefa fácil, ainda mais para profissionais que não tiveram o devido preparo didático e pedagógico para realizar esse tipo de atividade, realidade que muitos docentes do ensino superior enfrentam com regularidade. A não realização de um planejamento pedagógico adequado, que delimite conteúdo e escolha estratégias educacionais eficazes, pode levar os docentes a enfrentarem alto grau de evasão em disciplinas, ou mesmo uma ansiedade pessoal relacionada ao fato de perceberem que os discentes não estão atingindo o nível de desenvolvimento (cognitivo, de competência e de habilidade) desejado.

Essa situação de evasão e de ansiedade, gerada pela percepção de não estar atingindo a meta proposta, pode ser fruto da falta de comprometimento efetivo dos discentes, mas também pode ser reação às dificuldades que enfrentam na realização das tarefas propostas, pois não percebem ou não possuem uma compreensão adequada do objetivo pretendido, da importância do conteúdo abordado e das técnicas instrucionais utilizadas, além da concordância desses itens com os critérios de avaliação e de recuperação do aprendizado.

Ademais, é comum que muitos alunos se queixam, por variadas vezes, que as provas não refletem o conteúdo lecionado em sala de aula. Isso pode evidenciar uma dificuldade de compreensão do conteúdo, mas também de conexão entre a disciplina, sua contextualização com o mundo real e a forma de elaboração e estruturação das avaliações.

Todo desenvolvimento cognitivo deve seguir uma estrutura hierárquica para que, no momento oportuno, os discentes sejam capazes de aplicar e transferir, de forma multidisciplinar, um conhecimento adquirido. Entretanto, para que isso aconteça, o planejamento é essencial e precisa ser estruturado de modo coerente, seja em torno de objetivos bem definidos (gerais e específicos), da delimitação dos conteúdos, da escolha das estratégias e instrumentos de avaliação, ou seja, para *medir* o que foi aprendido e direcionar, de maneira corretiva e formativa, todo o processo educacional.

A utilização de instrumentos que facilitem essa atividade é fundamental e nesse contexto a Taxonomia de Bloom tem colaborado significativamente, pois é um instrumento de classificação de objetivos de aprendizagem de forma hierárquica (do mais simples para o mais complexo) que pode ser utilizado para estruturar, organizar e planejar disciplinas, cursos ou módulos instrucionais.

O que torna a utilização da Taxonomia de Bloom um instrumento adequado para ser utilizado no ensino de terceiro grau é que ela, nos últimos anos, foi avaliada e atualizada, considerando os avanços estratégicos e tecnológicos incorporados ao meio educacional. A bidimensionalidade (tabela de dupla entrada) criada na atualização do instrumento provê um novo direcionamento para que educadores possam planejar melhor seus objetivos instrucionais e direcionem, de forma coerente, clara e concisa, o processo de ensino, de modo a efetivar o processo de aprendizagem. Como na taxonomia original de 1956, a atual Taxonomia de Bloom, publicada em 2001, não possui sua utilização delimitada por nenhuma modalidade educacional, em outras palavras, ela não está relacionada à modalidade na qual a educação acontece (presencial ou a distância) e, sim, à efetividade do processo educacional, pois é o *como* implementar objetivos, estratégias e conteúdo que realmente importa, e não a maneira ou o ambiente na qual a aprendizagem ocorrerá.

Portanto, faz-se mister conhecer a Taxonomia de Bloom, proposta por Benjamim Samuel Bloom e seus colaboradores (1956), pois o conhecimento e a utilização da taxionomia podem facilitar a tarefa do professor de planejar e sistematizar a avaliação. Além disso, o emprego de sua técnica permite um planejamento mais concreto e eficaz, na tentativa de tornar o ato de avaliar um componente a serviço dos processos de ensino e de aprendizagem.

3. TAXONOMIA DE BLOOM: BREVE REVISÃO

Benjamim Samuel Bloom (1913-1999), professor da Universidade de Chicago, é um autor referenciado no campo da formulação de objetivos educacionais. Em 1956, ele liderou uma equipe de psicólogos educacionais e juntos desenvolveram uma ferramenta intitulada Taxonomia de Bloom, cujo intuito era classificar os níveis de cognição, considerados importantes para a aprendizagem. O termo Taxonomia ou Taxinomia, ou Taxionomia, vêm do grego TAXIS (ordenação) e NOMOS (sistema) inclui não somente um sistema de classificação, como também a teoria e os métodos utilizados para construir um sistema de classificação. Cabe ressaltar que *cognição* implica o ato ou processo da aquisição do conhecimento, que ocorre por meio da percepção, da atenção, da associação, da memória, do raciocínio, do juízo de valor ou da imaginação (ANDERSON, 2001).

Em 1956, Bloom e seus colaboradores assumiram a tarefa de classificar metas e objetivos educacionais, com o intuito de desenvolver um sistema de classificação para a aprendizagem. Assim, a classificação proposta por Bloom (1956) dividiu a aprendizagem em três domínios, a saber: 1) o cognitivo, 2) o afetivo e 3) psicomotor. Neste artigo, será focado apenas o nível cognitivo, dimensão do conhecimento. Essa dimensão pode ser dividida em quatro abordagens:

1. Efetivo ou fatural: relacionada ao conhecimento de terminologias e elementos específicos, requer do estudante reproduzir o conhecimento, sem precisar entender ou combinar fatos. Exemplo: material de aprendizagem composto por dados, fatos, acontecimentos, ocorrências, experiências etc.

2. Conceitual: avalia se o estudante consegue fazer a inter-relação entre conhecimentos básicos adquiridos, em um contexto mais apurado. Exemplo: material de aprendizagem composto por definições, conceitos, regras, princípios, explicações etc.

3. Procedimental: deve ser relacionado com informações do enunciado, com o objetivo de saber como realizar o descrito no enunciado ou quais métodos específicos resolvem uma dada situação, para saber como realizar um procedimento. Exemplo: material de aprendizagem composto por atividades, situações, ferramentas e recursos práticos.

4. Metacognitivo: envolve o conhecimento cognitivo real, assim como a consciência da aprendizagem individual. Importante na área educacional por possibilitar a autoaprendizagem e o controle do aprendizado, relacionado à autonomia de aprender. Torna-se um processo cada vez mais consciente e passível de medição. Exemplo: material de

aprendizagem composto por informações que estimulem o raciocínio, a crítica, a descoberta, a solução de problemas e a tomada de decisão.

No que toca às categorias do domínio cognitivo, dimensão do conhecimento, a Taxonomia Revisada de Bloom prevê definições cuidadosas para seis principais camadas desse domínio: lembrar, entender, aplicar, analisar, avaliar e criar, na dimensão do conhecimento, conforme ilustrado na Figura 1.

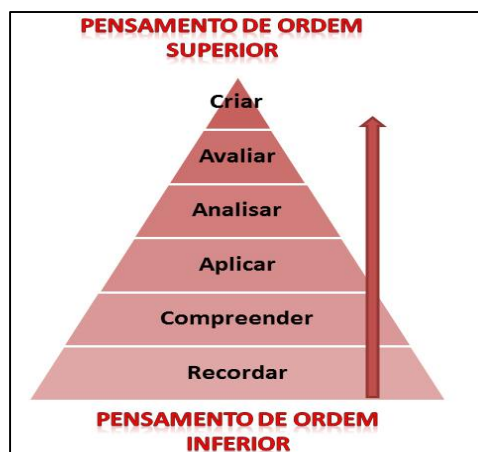


Figura 1. Pirâmide representativa da Taxonomia Revisada de Bloom

Fonte: adaptada Miss Glaus, disponível em: <http://missglauedu.weebly.com/taxonomia-de-bloom-e-tecnologia.html>, último acesso em 08 de julho de 2018.

Imperioso o estudo sobre as seis camadas do domínio cognitivo, dimensão do conhecimento, a fim de desenvolver elaboração de itens de provas que possam constatar o aprendizado do aluno de modo efetivo e, ainda, conectar o conteúdo lecionado com as questões cobradas em sala de aula, em concursos e exames nacionais, bem como na realidade prática da atividade jurídica e do mercado de trabalho.

4. TAXONOMIA DE BLOOM PARA ELABORAÇÃO DAS AVALIAÇÕES DA GRADUAÇÃO EM DIREITO

A metodologia revista e atualizada da Taxonomia de Bloom permite a estruturação e conexão entre avaliações e a constatação da efetividade do aprendizado, sendo assim, de suma importância o seu estudo e aplicação.

Tal metodologia por ser utilizada em qualquer área do ensino, bem como em qualquer ambiente, como já evidenciado. O foco desta pesquisa desenvolve-se na análise do estudo sobre as seis camadas do domínio cognitivo, para o aperfeiçoamento e mensuração do aprendizado efetivo em cursos de graduação em Direito, campo de atuação das pesquisadoras deste labor.

Salienta-se que será feito um recorte, com base na estruturação de avaliações modelo ENADE, tendo em vista tratar-se de exame Nacional, presente em todas as Graduações de Direito, o que contribuirá para a amplitude e relevância dessa pesquisa.

Ressalta-se, ainda, que o Enade é considerado o mecanismo de avaliação da qualidade dos cursos de graduação. É constituído por questões contextualizadas, geralmente longas e que englobam a cobrança de raciocínio lógico e interpretativo (pode envolver casos clínicos, gráficos, figuras, charges, tabelas etc). As provas do Enade são constituídas de duas partes, totalizando 40 itens, conforme ilustrado no Quadro 1, abaixo:

	DIMENSÕES DO INSTRUMENTO	TIPO DE ITEM	NOTA ENADE
ENADE	Formação Geral (FG)	8 de múltipla escolha	25%
		2 discursivas	
	Conhecimento Específico (CE)	27 de múltipla escolha	75%
		3 discursivas	

Quadro 1. Estrutura da prova Enade

O exame, elaborado conforme as diretrizes publicadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), busca:

1. avaliar o perfil do concluinte, ao aferir a aquisição de competências, habilidades e conhecimentos essenciais à formação do estudante de graduação, por meio de situações-problema, estudos de caso, simulações e interpretação de textos, de imagens, de diagramas, de gráficos e de tabelas;
2. aferir habilidades e competências relacionadas à análise crítica de informações, extração de conclusões por indução e/ou dedução; estabelecimento de relações, de comparações e de contrastes em diferentes situações; detecção de contradições;
3. mensurar a capacidade de argumentação coerente; capacidade para fazer escolhas valorativas avaliando consequências e questionar a realidade; construir perspectivas integradoras; elaborar sínteses e administrar conflitos.

As diretrizes orientadoras das provas do Enade são elaboradas a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Graduação aprovados ou em fase de aprovação pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e contempla os objetivos, o perfil do estudante, as competências, as habilidades e os conteúdos a serem avaliados, que compõem as matrizes de prova. A matriz de prova é um instrumento norteador para a elaboração de itens que farão parte do Banco Nacional de Itens (BNI-Enade). Nela, são descritos o nível de dificuldade, tipos de

item, comentários e observações necessárias, como a utilização de tabelas, gráficos, figuras, desenhos, citações, textos e elementos que deverão compor os itens elaborados. Cabe ressaltar que item também pode ser chamado de questão e requer o domínio da área de conhecimento a ser avaliada e o atendimento aos procedimentos técnicos que envolvem a sua elaboração.

Segundo a metodologia da Taxonomia Revisada de Bloom, para a elaboração de questões aptas a mensurar o efetivo aprendizado discente, é preciso conhecer as seis camadas do domínio cognitivo, dimensão do conhecimento, cujo desenvolvimento dos itens pode ocorrer a partir das seguintes características de cada uma das seis camadas, quais sejam:

1) Conhecer/recordar: o objetivo de aprendizagem é fazer com que o estudante **reproduza com exatidão** uma informação dada, ou seja, exige a lembrança do conteúdo daquela disciplina - habilidade de lembrar informações e conteúdos previamente abordados como fatos, datas, palavras, teorias, métodos, classificações, lugares, regras, critérios, procedimentos etc. Essa habilidade pode envolver a lembrança significativa de quantidade de informação ou fatos específicos.

Para a criação de questões aptas a trabalhar essa função, utiliza-se os seguintes **verbos**: identificar, reconhecer, indicar, entre diversos objetos, aquele que corresponde a um conceito ou a uma descrição. Localizar informações, dados, fatos num texto.

Tipos de prova padrão Enade: múltipla escolha de resposta única (apenas uma alternativa correta): Interpretativa sem conhecimento prévio, apenas por lembrar o que é necessário.

CARACTERÍSTICAS:

✓ A questão exige interpretação e o estudante deve encontrar a resposta correta dentre as opções de resposta.

✓ A questão não pode exigir conhecimento anterior, apenas a habilidade de lembrar.

✓ Objetos de interpretação: dados, datas, fatos, conteúdo.

VANTAGENS: questão menos cansativa para o estudante.

DESVANTAGENS: exige do elaborador a habilidade de criar bons distratores (alternativas incorretas).

De acordo com a pirâmide da Taxonomia de Bloom, a elaboração de questões avaliativas com essas características (habilidade de conhecer/recordar) enquadram-se no **nível básico**: ações que possibilitam a apreensão das características e propriedades de objetos comparáveis e consequente construção de conceitos.

2) Compreender/entender: o objetivo da aprendizagem é fazer com que o estudante use uma informação original, e não somente contar com a memória, mas sim, que consiga **ampliá-la, abreviá-la, interpretá-la, representá-la, interpretá-la de outra forma** ou **extrapolá-la**.

Habilidade de compreender e dar significado ao conteúdo, ou seja, traduzir do conteúdo compreendido para uma nova forma (oral, escrita, diagramas etc.) ou pelo contexto. Nessa categoria, encontra-se a capacidade de entender a informação ou fato, de captar seu significado e de utilizá-la em contextos diferentes. Neste nível de operação mental, além da identificação proposta no reconhecimento, há uma indicação de elementos que dão significado ao objeto de conhecimento: sua composição, finalidade, propriedades características, etc. Essa habilidade pode ser demonstrada pelo aluno por meio de **transformação** (quando o conceito ou mensagem conhecidos são expressos em palavras diferentes ou em outro tipo de simbologia como gráfico, tabela ou figura); **interpretação** (quando o aluno é capaz de transformar a simbologia (gráfico, tabela ou figura) e distinguir a essência da mensagem de aspectos irrelevantes) e; **extrapolação** (quando o aluno vai além dos limites literais da mensagem, sendo capaz de fazer inferências e de ampliar as dimensões temporais, a amostra ou o assunto).

Para a criação de questões aptas a trabalhar essa função, utiliza-se os seguintes **verbos**: Descrever objetos, situações, fenômenos. Traduzir. Constatar relações entre objetos, situações (semelhanças e diferenças). Representar objetos, dados, etc., através de gráficos, desenhos, tabelas.

Tipos de prova padrão Enade: múltipla escolha de resposta única, interpretação: com conhecimento prévio.

CARACTERÍSTICAS:

- ✓ A questão exige interpretação e o estudante deve encontrar a resposta correta dentre as opções de resposta.
- ✓ A questão pode exigir conhecimento anterior além da habilidade de interpretar.
- ✓ Objetos de interpretação: problemas, casos e situação-problema.

VANTAGENS: questão mais cansativa para o estudante.

DESVANTAGENS: exige do elaborador a habilidade de criar distratores melhores (alternativas incorretas).

De acordo com a pirâmide da Taxonomia de Bloom, a elaboração de questões avaliativas com essas características (habilidade de compreender/entender) enquadram-se no **nível básico**: envolve a memória, recorre a conhecimento armazenado.

3. Aplicar: o objetivo é fazer com que o estudante transporte uma informação genérica para uma situação **nova e específica**. Habilidade de selecionar, transferir, e usar dados e princípios para completar um problema ou tarefa com um mínimo de supervisão. Isso pode incluir aplicações de regras, métodos, modelos, conceitos, princípios, leis e teorias. Deve-se tornar a aprendizagem útil para a solução de problemas.

Para a criação de questões aptas a trabalhar essa função, utiliza-se os seguintes **verbos**: Classificar, seriar, ordenar, compor e decompor, fazer antecipações (sobre o resultado de experiências, continuidade de acontecimentos, etc.).

Tipos de prova padrão Enade: Objetiva de resposta múltipla - Interpretativa com conhecimento prévio.

CARACTERÍSTICAS

✓ A questão exige que o estudante encontre um grupo de respostas corretas para a situação apresentada.

✓ Objetos de interpretação: problemas, casos e situação-problema.

VANTAGENS: permite explorar diversos aspectos do mesmo conteúdo. Permite explorar mais de um conteúdo e deve-se expor uma situação nova. Não é necessário criar distratores.

DESVANTAGENS: tende a ser mais cansativo para o estudante. Deve-se ficar atento para não explorar apenas habilidades cognitivas mais simples, como memorização.

De acordo com a pirâmide da Taxonomia de Bloom, a elaboração de questões avaliativas com essas características (habilidade de aplicar) enquadram-se no **nível operacional**: ações que pressupõem o estabelecimento de relações entre objetos e supõem tomadas de consciência dos instrumentos e procedimentos utilizados.

4. Analisar: o objetivo da aprendizagem é fazer com que o aluno separe uma informação em elementos, componentes e estabeleça **relações** entre eles. O aluno deve ter habilidade de subdividir o conteúdo em partes menores com a finalidade de entender a estrutura final. Essa habilidade pode incluir a identificação das partes, análise de relacionamento entre as partes e reconhecimento dos princípios organizacionais envolvidos:

1. Identificação das partes: classificar; analisar palavras, expressões e enunciados de um texto. Inferir qualidades ou características particulares não explicitadas, a partir de indícios presentes no texto. Por exemplo: distinguir fatos de hipóteses;

2. análise do relacionamento entre as partes: inferir, a partir de critérios presentes no texto, os pressupostos, qualidades ou condições subjacentes devem estar implícitas, são exigidas ou necessárias. Por exemplo: verificar a coerência de hipóteses com certas informações;

3. reconhecimento de princípios organizacionais: capacidade de reconhecer a disposição sistemática e a estrutura que conversam a comunicação unificada. Por exemplo: reconhecer técnicas usadas em anúncios e propagandas.

Assim, será possível identificar partes e suas inter-relações. Nesse ponto é necessário não apenas ter compreendido o conteúdo, mas também a estrutura do objeto de estudo.

Para a criação de questões aptas a trabalhar essa função, utiliza-se os seguintes **verbos**: analisar, categorizar, comparar, separar, classificar, identificar, distinguir, esquematizar, Justificar, relacionar (informações de um texto com outras de outros textos).

Tipos de prova padrão Enade: objetiva de resposta múltipla - Interpretativa com conhecimento prévio.

CARACTERÍSTICAS

✓ A questão exige que o estudante encontre um grupo de respostas corretas para a situação apresentada.

✓ Objetos de interpretação: problemas, casos e situação-problema.

VANTAGENS: Permite explorar diversos aspectos do mesmo conteúdo. Permite explorar mais de um conteúdo e deve-se expor uma situação nova. Não é necessário criar distratores.

DESVANTAGENS: Tende a ser mais cansativo para o estudante. Deve-se ficar atento para não explorar apenas habilidades cognitivas mais simples, como memorização.

Este **nível** se caracteriza pela transposição da compreensão de um objeto de conhecimento, em caso específico, fato determinado, situação-problema peculiar etc. Assim compreendida uma fórmula, um conceito, uma estrutura etc., eles são aplicados em situações e em problemas bem definidos.

5. Avaliar: o objetivo de aprendizagem é fazer com que o aluno confronte um dado, uma informação, uma teoria ou um produto com um critério ou conjunto de **critérios** que podem ser **internos** ao próprio objeto de avaliação ou **externos** a ele. Habilidade de julgar o valor do material (proposta, pesquisa, projeto) para um propósito específico. O julgamento é baseado em critérios bem definidos que podem ser externos (relevância) ou internos (organização) e podem ser fornecidos ou conjuntamente identificados. Julgar o valor do conhecimento.

Para a criação de questões aptas a trabalhar essa função, utiliza-se os seguintes **verbos**: avaliar, criticar e julgar, explicar causa e efeito, apresentar conclusões, fazer prognósticos, generalizações, suposições. Aplicar conhecimentos a situações diferentes.

Tipos de prova padrão Enade: Objetiva: asserção-razão (relações de causalidade).

CARACTERÍSTICAS:

✓ A questão exige que o estudante reconheça a validade de duas afirmações e estabeleça relação entre elas.

✓ O estudante deve ser capaz de avaliar relações de causalidade

VANTAGENS: Permite avaliar habilidades cognitivas mais complexas.

DESVANTAGENS: Devem ser elaboradas com muito cuidado, pois a relação entre as afirmações deve ser claramente estabelecida. Percebida como muito cansativa pelos estudantes.

6. Criar/sintetizar: o objetivo é fazer com que o aluno represente os processos nos quais o estudante reúna elementos de informação para compor **algo novo** que traga o selo de sua **individualidade**. Habilidade de agregar e juntar partes com a finalidade de criar um novo todo. Essa habilidade envolve a produção de uma comunicação única (tema ou discurso), um plano de operações (propostas de pesquisas) ou um conjunto de relações abstratas (esquema para classificar informações). Combinar partes não organizadas para formar um “todo”.

Para a criação de questões aptas a trabalhar essa função, utiliza-se os seguintes **verbos**: Analisar (com base em princípios, padrões e valores), aplicar (relações já estabelecidas), criar, planejar, elaborar, hipóteses, inventar, desenvolver, explicar, categorizar, conceber, construir.

Tipos de prova padrão Enade: Objetiva: Asserção x Razão (relações de causalidade).

CARACTERÍSTICAS:

✓ A questão exige que o estudante reconheça a validade de duas afirmações e estabeleça relação entre elas.

✓ O estudante deve ser capaz de avaliar relações de causalidade

VANTAGENS: Permite avaliar habilidades cognitivas mais complexas

DESVANTAGENS: Devem ser elaboradas com muito cuidado, pois a relação entre as afirmações deve ser claramente estabelecida. Percebida como muito cansativa pelos estudantes.

Neste **nível** encontram-se as ações e operações mais complexas que envolvem a aplicação de conhecimentos e a resolução de problemas inéditos.

Essas categorias do domínio cognitivo são ordenadas da mais simples para a mais complexa e possui uma hierarquia cumulativa, isto é, uma categoria mais simples é pré-

requisito para a próxima. A cada um dos níveis foi associado um conjunto de ações (verbos), no intuito de auxiliarem na classificação de uma questão de avaliação em um dos níveis da taxonomia.

Nesse contexto, a principal ideia da taxonomia, portanto, é o desejo dos educadores de que o conteúdo inferido pelos alunos (englobado na declaração de objetivos educacionais) possa ser organizado numa hierarquia do nível de menor complexidade (conhecer) para o de maior (criar). Esses níveis são entendidos para ser sucessivos, de modo que um nível deve ser dominado antes que o próximo nível seja alcançado, conforme ilustrado na Fig. 12, Pirâmide representativa da Taxonomia Revisada de Bloom (*cf* Seção 2.1).

A utilização de uma classificação por meio da Taxonomia permite que seja possível realizar uma análise dos objetivos e das situações nas quais o conhecimento é aplicado. Assim, neste artigo, é considerado o uso dessa ferramenta para auxiliar na especificação de objetivos educacionais, a fim de facilitar o planejamento de experiências de aprendizagem e o preparo de itens de prova, com recorte no padrão Enade, que podem servir como base e estrutura de variadas avaliações ao longo do curso de graduação em Direito.

4.1 A aplicação da Taxonomia Bloom como aporte à elaboração de itens

A proposta de se utilizar a Taxonomia Revisada de Bloom como aporte à elaboração dos itens padrão Enade tem o intuito de auxiliar os professores na definição do objetivo educacional ao final do conteúdo a ser avaliado, mais especificamente, o que se espera que os alunos tenham aprendido e a necessidade de avalia-los. Para isso, utiliza-se a distribuição hierárquica de complexidade da taxonomia de Bloom no momento de se elaborar os itens de uma avaliação. Outro ponto muito importante é a padronização da linguagem, utilização das normas cultas da língua e das normas da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. Sabe-se que essa padronização da linguagem no meio acadêmico é importante para propiciar novas discussões ao redor dos assuntos relacionados à definição de objetivos instrucionais e alcançar um resultado de excelência. A Figura 2 ilustra a Pirâmide representativa da Taxonomia Revisada de Bloom: nível cognitivo, domínio conhecimento e distribuição hierárquica de dificuldade.

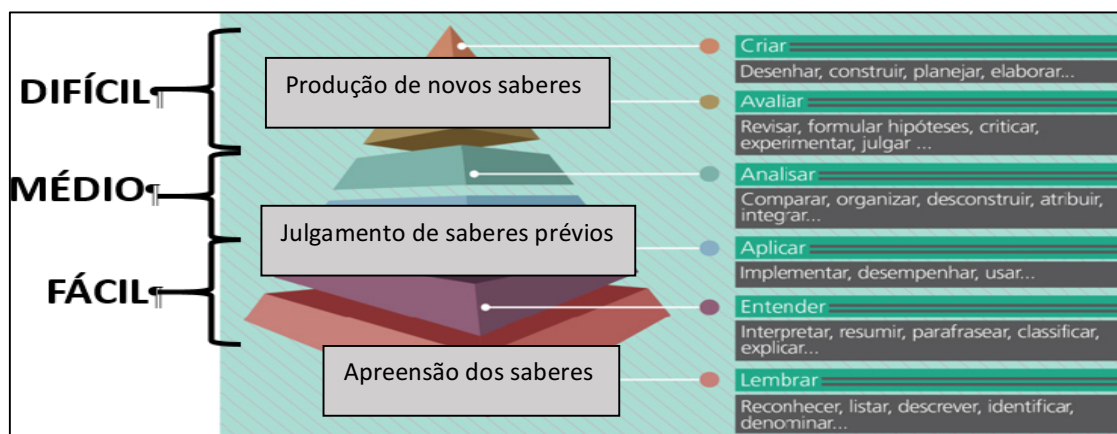


Figura 2. Pirâmide representativa da Taxonomia Revisada de Bloom: nível cognitivo, domínio conhecimento e distribuição hierárquica de dificuldade.
Fonte: traduzida e adaptada de KRATHWOHL (2002).

Ao analisar essa pirâmide identifica-se o tipo de conhecimento a ser adquirido, na dimensão do conhecimento (aprensão dos saberes, julgamento de saberes prévios e produção de novos saberes) e o processo utilizado para a aquisição desse conhecimento (dimensão do processo cognitivo: lembrar, entender, aplicar, analisar, avaliar e criar), bem como as ações, realizadas por meio dos verbos, para se elaborar um enunciado.

Em nível didático, o grau de complexidade aparece, na Fig. 2, de acordo com os pares das categorias (ANDERSON; KRATHWOHL, 2001). Os objetivos educacionais por meio dos níveis cognitivos Lembrar e Entender, avaliam a capacidade de lembrar informações e conteúdos, sendo, portanto, observados em itens de fácil complexidade. Já Aplicar e Analisar, implicam a envolvem a capacidade de compreender e dar significado aos conteúdos e de utilizar as informações e métodos em situações concretas. Eles são observados em itens de média complexidade. Por fim, os níveis cognitivos Avaliar e Criar presumem a capacidade de subdividir o conteúdo, para compreender sua estrutura; agregar e combinar as partes de modo a formar um “novo todo”.

Configura a síntese e, finalmente, a avaliação ou a criação, como habilidade de julgar os conceitos e situações a partir de critérios definidos. Esses níveis são considerados de alta complexidade. Vale lembrar, portanto, que a estrutura dos itens se divide em três partes: texto-base ou contextualização, enunciado ou comando e alternativas (itens de múltipla escolha) e espelho de resposta (itens discursivos). Neste contexto, os itens de questões presentes em provas como as do Enade, tendo por base a Taxionomia Revisada de Bloom (ANDERSON; KRATHWOHL, 2001), são classificados e discutidos à luz dessa taxonomia.

Salienta-se, por conseguinte, que um ponto importante a ser discutido no que se concerne à avaliação jurídica, direciona-se à natureza das avaliações e em que momento elas

devem ser aplicadas. Há avaliações aplicadas ao longo do curso, nas disciplinas ministradas nos dez semestres curriculares, ou seja, avaliações formativas. Há também aquelas aplicadas aos egressos, como as provenientes de políticas públicas de avaliação, ou seja, avaliações somativas. Essas últimas podem ser ilustradas pelos exames o ENADE e Exames da Ordem dos Advogados do Brasil.

Bloom *et al* (1993) propõem três tipos de avaliação: **Diagnóstica**, que verifica os conhecimentos prévios dos alunos; **Formativa**, realizada durante todo o decorrer do período letivo e **Somativa**, que tem por função básica a classificação dos alunos, realizada no final do curso ou unidade de ensino.

Em se tratando de instrumentos de avaliação, Benjamin Bloom contribuiu inicialmente nos estudos referentes à formulação de objetivos educacionais, cujo trabalho mais importante foi a taxonomia dos objetivos educacionais, iniciado em 1948, resultando na publicação, em 1956, no trabalho de classificação no domínio cognitivo, referenciado com Bloom's Taxonomy of the Cognitive Domain (BLOOM, 1956).

Posteriormente, em 2001, Anderson e colaboradores, publicaram um relatório de revisão da Taxonomia de Bloom (ANDERSON *et al.*, 2001), uma vez que novos conceitos, recursos e teorias foram incorporados no campo educacional e avanços pedagógicos e tecnológicos ocorreram nestes 45 (quarenta e cinco) anos.

Os estudos desses autores culminaram na elaboração de um possível instrumento de análise, considerando o caráter bidimensional dessa taxonomia. Neste artigo, está sendo proposta a utilização desse instrumento no intuito de facilitar a classificação dos itens padrão Enade combinada aos objetivos educacionais, considerando as avaliações pelas quais os estudantes serão submetidos.

4.2 Caráter bidimensional na Taxionomia Revisada de Bloom: uma aplicação

Considerada como instrumento de apoio didático-pedagógico, a Taxonomia Revisada de Bloom tem como objetivo geral contribuir para o tipo de conhecimento a ser adquirido (dimensão do conhecimento: efetivo, conceitual, procedimental e metacognitivo) e o processo utilizado para a aquisição desse conhecimento (dimensão do processo cognitivo: lembrar, entender, aplicar, analisar, avaliar e criar). A combinação desses elementos permitiu um enfoque bidimensional na taxonomia, conforme ilustrado no Quadro 2, tornando mais fácil a tarefa de definir com clareza os objetivos de aprendizagem e alinhá-los com as atividades de avaliação.

		Dimensão do Conhecimento			
		Efetivo Reproduzir o conhecimento, sem precisar entender ou combinar fatos material de aprendizagem dados, fatos, acontecimentos, ocorrências, experiências	Conceitual Fazer a inter-relação entre conhecimentos básicos adquiridos, em um contexto mais apurado material de aprendizagem definições, conceitos, regras, princípios, explicações	Procedimental Saber como realizar o descrito no enunciado ou quais métodos específicos resolvem uma dada situação, para saber como realizar um procedimento. material de aprendizagem atividades, situações, ferramentas e recursos práticos.	Metacognitivo Saber aplicar o conhecimento cognitivo real, assim como a consciência da aprendizagem individual. material de aprendizagem informações que estimulem o raciocínio, a crítica, a descoberta, a solução de problemas e a tomada de decisão
Difícil	Criar				
	Avaliar				
Média	Analisar				
	Aplicar				
Fácil	Entender				
	Lembrar				

Quadro 2. Caráter bidimensional na Taxionomia revisada de Bloom

Para uma correta aplicação da proposta, é necessário entender a aplicação de cada uma das categorias. Cabe aqui uma revisão do que foi dito anteriormente, conforme ilustrado no Quadro 3.

Nível	Definição	Principais verbos
Lembrar	Reconhecer e reproduzir ideias, conceitos e conteúdos	Listar, rotular, nomear, dizer, definir, denominar, ordenar, reconhecer
	Lembrar informações e conteúdos previamente estudados como datas (se aplicáveis), relatos, fórmulas, teorias	
Entender	Estabelecer uma conexão entre o conhecimento adquirido e sua reelaboração	Explicar, resumir, descrever, ilustrar, construir, converter, decodificar, resolver, redefinir, traduzir
	Ser capaz de usar a informação original e ampliá-la, reduzi-la ou representá-la de outra forma	
Aplicar	Utilizar um procedimento em uma situação específica ou aplicar um conhecimento numa nova situação	Explicar, resumir, descrever, ilustrar, construir, converter, decodificar, resolver, redefinir, traduzir.
	Utilizar informações, métodos, conteúdos aprendidos em novas situações concretas	
Analisar	Dividir a informação em partes e entender a inter-relação existente entre elas	Analisar, categorizar, comparar, separar, classificar, identificar, distinguir, esquematizar, relacionar.
	Ser capaz de analisar o desdobramento de uma comunicação em seus elementos ou partes constituintes	
Avaliar	Realizar julgamentos baseados em critérios e padrões qualitativos e quantitativos	Julgar, recomendar, criticar, justificar, avaliar, comparar
	Julgar a respeito de ideias, materiais e solução para certos propósitos	
Criar	Criar uma nova visão, estrutura ou modelo utilizando conhecimentos e habilidades previamente adquiridos	Criar, planejar, elaborar, hipóteses, inventar, desenvolver, explicar, categorizar, conceber, construir, sintetizar
	Combinar elementos e partes, de modo a formar um todo	

Quadro 3. Síntese das características das categorias do domínio cognitivo

Deve-se ter em mente que os instrumentos de avaliação da aprendizagem devem ser sempre refletidos e adequados para coletar os dados que estamos necessitando para configurar o estado de aprendizagem do estudante. O Quadro 2 e o Quadro 3, por conseguinte, podem ser utilizados de maneira didática para a distribuição dos itens das provas, considerando a Taxionomia revisada de Bloom tanto no que toca às dimensões do conhecimento e do processo cognitivo, bem como a distribuição hierárquica de complexidade dos itens de prova.

Conforme apontam Bloom *et al.* (1983, p. 44), ao classificar esses itens, é necessário “conhecer ou pelo menos fazer algumas ponderações sobre as situações de aprendizagem que precederam a verificação”, bem como “experimentar, realmente, resolver as questões e observar os processos mentais que utiliza”. Nesse contexto, a classificação pode ser feita baseada no encaminhamento usual das aulas (aula expositiva, seguida da resolução de exercícios e problemas), da sequência de conteúdos como apresentadas na maioria dos livros didáticos (conteúdo organizado de forma linear, baseado em pré-requisitos ou conhecimentos anteriores), bem como nos apontamentos feitos pelos professores durante discussões realizadas em sala de aula (em especial acerca de razões que os levaram a escolher determinadas questões para compor a prova).

Assim, a utilização dos Quadro 2 e Quadro 3 auxiliam na avaliação/classificação dos itens padrão Enade, ou seja, itens de resposta única, complementação simples, complementação múltipla, asserção-razão e interpretação) em relação à dimensão do conhecimento, processo cognitivo, ação (comando) e grau de complexidade, conforme explicitado nessa pesquisa e que será demonstrado nos exemplos a seguir, considerando o item de prova de acordo com o nível cognitivo exigido para que o aluno o realize.

Exemplo 1. Processo cognitivo Lembrar

Dimensão do conhecimento: Conceitual

Processo cognitivo: Lembrar

Verbo (comando): Relacionar

Nível de complexidade: Fácil

Os itens elaborados à dimensão de processo cognitivo *Lembrar* devem buscar uma informação relevante memorizada, demandando reconhecer, recordar e reproduzir informações, etc. Os tipos de itens do Enade elaborados que estejam classificados nesse processo podem estar relacionados à dimensão conhecimento efetivo (factual), uma vez que todas se referem a um tipo de conhecimento específico, relacionadas a fatos que não precisam ser entendidos ou combinados, apenas reproduzidos como apresentados, podendo apresentar um grau de

complexidade fácil. Esses itens podem ser de resposta única, ou complementação simples (afirmação incompleta).

Exemplo 2. Processo cognitivo Entender

Dimensão do conhecimento: Conceitual

Processo cognitivo: Entender

(comando): afirmar

Nível de complexidade: Fácil

Já os itens elaborados no processo cognitivo *Entender* possibilitam ao estudante fazer uma interpretação própria de ideias e conteúdos apresentados pelo professor em aula, podendo ser reproduzidas com suas próprias palavras. Deve-se atribuir ao termo aqui utilizado “um sentido mais restrito do que o usual, de vez que a compreensão não é considerada como um sinônimo de entendimento completo ou mesmo uma apreensão total da mensagem”. Nesse caso, demanda-se do estudante interpretar, exemplificar, classificar, resumir, concluir, comparar ou explicar fatos, conceitos e procedimentos (correspondendo, respectivamente, às dimensões do conhecimento factual, conceitual e procedimental).

Exemplo 3. Processo cognitivo Aplicar

Dimensão do conhecimento: Procedimental

Processo cognitivo: Aplicar

(comando): indicar

Nível de complexidade: Média

Os itens desse processo cognitivo envolvem a execução ou implementação de procedimentos aprendidos numa situação específica, podendo também abordar a aplicação de um conhecimento em uma situação nova. Na maior parte das vezes estão relacionados à dimensão procedimental do conhecimento, relacionada ao “como realizar alguma tarefa” utilizando métodos, critérios, algoritmos e técnico. Embora o conhecimento abstrato comece a ser estimulado por meio desses itens (o que os diferencia da dimensão efetiva ou factual do conhecimento – apenas reproduzir “tal qual foi apresentado”), essa aplicação restringe-se a um contexto específico, particular, não envolvendo sua extrapolação para novos contextos.

Exemplo 4. Processo cognitivo Analisar

Dimensão do conhecimento: Procedimental

Processo cognitivo: Analisar

(comando): Ser

Nível de complexidade: Difícil

Os itens elaborados de acordo com esse processo cognitivo demandam que o aluno saiba distinguir, classificar e relacionar pressupostos, hipóteses, evidências ou estruturas de uma declaração ou questão e estabelecer relações. Normalmente, exige um pouco mais de abstração, mas é uma questão bem frequente nas provas do Enade.

Exemplo 5. Processo cognitivo Avaliar

Tipo de item:

Asserção-razão: objetiva criar um item para análise de relações. Ele é constituído de duas proposições ligadas pela palavra PORQUE, em que a segunda é razão ou justificativa da primeira. Esse tipo de questão é indicado para avaliação de habilidades complexas.

Dimensão do conhecimento: Procedimental

Processo cognitivo: Avaliar

Verbo (comando): Analisar e assinalar

Nível de complexidade: Difícil

Na categoria *Avaliar*, da dimensão processo cognitivo, envolve-se a realização de algum tipo de julgamento, podendo este ser qualitativo ou quantitativo. Tais julgamentos podem envolver a mobilização de conhecimentos das dimensões conceitual (um item) e procedimental (três itens).

Exemplo 6. Processo cognitivo Criar

Tipo de item:

Discursiva: objetiva criar um item para análise de relações.

Dimensão do conhecimento: Procedimental/metacognitivo

Processo cognitivo: Criar

Verbo (comando): Redigir

Nível de complexidade: Difícil

Os itens elaborados nesta dimensão, exige capacidade do aluno de ser capaz juntar elementos para formar um todo coerente e funcional, integrando e combinando ideias num produto, plano ou proposta nova. Exige do aluno criatividade.

Finalmente, é perfeitamente possível classificar os itens padrão Enade à luz da Taxonomia Revisada de Bloom.

É importante, portanto, fazer um planejamento sobre o conteúdo apreendido e as possíveis questões de prova sobre ele. Observe o Quadro 4, ele ilustra uma matriz de objetivos educacionais após a leitura deste material. Vale lembrar que a avaliação da aprendizagem deve estar relacionada ao objetivo pretendido.

Nível Cognitivo	Objetivos da disciplina	Tipos de itens
Lembrar	Conhecer a Taxonomia e os tipos de itens do Enade	Resposta única
Entender	Compreender a utilização da Taxonomia na elaboração de avaliações padrão Enade	Complementação simples
Aplicar	Aplicar a Taxonomia na elaboração de objetivos educacionais para a elaboração de itens	Complementação múltipla
Analisar	Analisar itens padrão Enade em relação aos processos cognitivos	Interpertação
Avaliar	Avaliar os itens padrão Enade de acordo com a Taxonomia de Bloom, bem como os possíveis benefícios do uso dessa taxonomia como ferramenta didático-pedagógica	Asserção-razão
Criar	Ser capaz de elaborar itens padrão Enade, a fim de verificar a aquisição das diversas habilidades cognitivas do aluno, considerando o conteúdo programático de cada professor-aluno	Discursiva

Quadro 4. Proposta de avaliação após a leitura deste artigo

A Taxonomia Revisada de Bloom pode ser utilizada como instrumento de avaliação do processo ensino-aprendizagem, em qualquer área de ensino e modalidade de avaliação, bem como nos cursos de graduação em Direito, com forte capacidade de auxílio e solução para os docentes, IES e discentes.

5. CONCLUSÃO

Conforme demonstrado, é visível o mal desempenho dos graduandos em Direito em exames nacionais, tanto no ENADE, quanto na prova da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil). O que incita a dúvida sobre a eficiência da metodologia aplicada à elaboração de itens para avaliar o conhecimento adquirido no curso de Direito e a necessidade de mudanças.

Os professores de Direito precisam aprimorar não apenas as metodologias e métodos de ensino, mas também os critérios para elaboração das provas. Com fundamento na metodologia da Taxonomia Revisada de Bloom, este artigo propôs caminhos viáveis para a solução deste problema, com a efetiva demonstração daquilo que os professores podem e devem fazer para o aprimoramento dos itens das avaliações às quais os seus alunos são submetidos durante o curso de Direito.

Assim, ficou cristalina a importância do estudo sobre as seis camadas do domínio cognitivo, dimensão do conhecimento, a fim de desenvolver elaboração de itens de provas que possam constatar o aprendizado do aluno de modo efetivo e, ainda, conectar o conteúdo lecionado com as questões cobradas em sala de aula, em concursos e exames nacionais, bem como na realidade prática da atividade jurídica e do mercado de trabalho.

A proposta de se utilizar a Taxonomia Revisada de Bloom como aporte à elaboração dos itens, padrão Enade, tem o intuito de auxiliar os professores na definição do objetivo educacional ao final do conteúdo a ser avaliado, mais especificamente, o que se espera que os alunos tenham aprendido e a necessidade de avalia-los. Para isso, utiliza-se a distribuição hierárquica de complexidade da taxonomia de Bloom no momento de se elaborar os itens de uma avaliação

Desta forma, comprova-se que a Taxonomia Revisada de Bloom é uma ferramenta eficaz no auxílio de docentes, para estruturação e elaboração de avaliações, bem como para permitir a mensuração do aprendizado efetivo pelos discentes, conectando o conteúdo trabalhado com a realidade social e temporal vivenciada. Tudo isso permite um aprendizado mais eficaz e por isso a metodologia da Taxonomia Revisada de Bloom deve ser estudada e aplicada nos cursos de graduação em Direito.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, L.W.; KRATHWOHL, D.R.; AIRASIAN, P.W.; CRUIKSHANK, K.A.; MAYER, R.E.; PINTRICH, P.R.; RATHS, J.; WITTRICK, M.C. *A taxonomy for learning, teaching, and assessing: a revision of Bloom's Taxonomy of educational Objectives*. Logmann, New York, 2001.

BLOOM, BS, HASTINGS, T, MADAUS, G. *Manual de avaliação formativa e somativa do aprendizado escolar*. São Paulo: Pioneira; 1993.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). *Guia de Elaboração e Revisão de Itens – Banco Nacional de Itens – Enade*. Brasília, jul. 2011. 25p.

BRIDON, J.; NEITZEL, Adair de Aguiar. *Competências leitoras no Saeb: qualidade da leitura na educação básica*. Educ. Real., Porto Alegre, v. 39, n. 2, p. 437-462, June 2014. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362014000200006&lng=en&nrm=iso >. Acesso em: 06 jul. 2018.

GABRICH, Frederico de Andrade; BENEDITO, Luiza Machado Farhat. *Lego Serious Play no Direito*. **Revista de pesquisa e educação jurídica**, v. 2, p. 105-126, 2016. Disponível em: < <http://www.indexlaw.org/index.php/rpej/article/view/1310> >. Acesso em: 05 set. 2018.

JESUS, E. A. de; RAABE, A. L. A. *Interpretações da Taxonomia de Bloom no Contexto da programação Introdutória*. XX Simpósio Brasileiro de Informática na Educação – SC – 2009 _ ISSN 2176-4301

ORSINI, Adriana Goulart de Sena. COSTA, Anelice Teixeira. *Educação para o Acesso à Justiça: A Transformação dos paradigmas de solução de conflitos*. **Rev. Fac. Direito UFMG**, Belo Horizonte, n. 69, pp. 23 - 43, jul./dez. 2016.